

Adiada decisão para índios

Somente após o dia 6 de janeiro, quando terminará o recesso de fim de ano da Justiça Federal, terá prosseguimento o processo da liminar pedida pela Funai para garantir a permanência dos índios Pataxós na fazenda São Lucas, no município de Pau Brasil. Enquanto isso, o juiz Lázaro Guimarães, da 2ª Vara da Justiça Federal determinará à Polícia Federal em Ilheus, que continue protegendo a permanência dos indígenas no local ocupado por eles atualmente.

Ontem, o juiz deveria receber do Estado um pronunciamento sobre a liminar pedida pela Funai, mas os

procuradores Renato Pereira e Gustavo Lanat estiveram na Justiça Federal explicando que o governo estadual decidiu utilizar todo o prazo dado pela lei para a resposta, pois pretendia juntar ao texto um documento existente no Ministério da Agricultura, fundamentando a tese que será defendida pelo Estado. Assim, somente amanhã o pronunciamento será feito, adiando toda a decisão, por força do recesso que começa segunda-feira.

QUESTÃO DELICADA

Lázaro Guimarães ainda acredita

numa solução pacífica e negociada para o caso, pois segundo ele, o governador Antônio Carlos Magalhães, o ministro do Interior, Mário Andreazza já iniciaram entendimentos nesse sentido. Ele citou que esse espaço de tempo forçado pelo recesso da Justiça veio a calhar, pois é o tempo de se achar um termo comum de acordo, com os índios permanecendo no local que ocuparam.

Para ele, a questão é muito delicada e exige serenidade tanto de fazendeiros como dos índios, pois com o aumento da tensão na área em litígio, as consequências poderiam ser graves.

Segundo o juiz, depois que os procuradores do Estado entregarem a documentação junto com a resposta no processo de liminar, onde o governo figura como assistente do réu, o fazendeiro Jener Pereira Rocha, a Justiça terá de permitir o exame desse texto do Ministério da Agricultura pela Funai e pela Procuradoria da República, que movem a ação de interdito proibitório e de anulação dos títulos de posse dos fazendeiros emitidos pelo governo estadual. Somente após a resposta desses dois órgãos federais, o juiz terá condições de decidir sobre a liminar.

Pataxós com Dom Avelar

Os índios Pataxós não aceitam qualquer tipo de negociação que esteja sendo feita pelo governo do Estado ou pela direção da Funai sem que eles conheçam os termos da proposta nem tenham participação na sua elaboração. Este foi o ponto de vista colocado ontem à tarde pelo chefe Nailton, em visita feita a seção baiana da Ordem dos Advogados do Brasil, quando representantes da Ordem fizeram um contato telefônico com o presidente da Funai, coronel Paulo Leal que prometeu estudar o assunto.

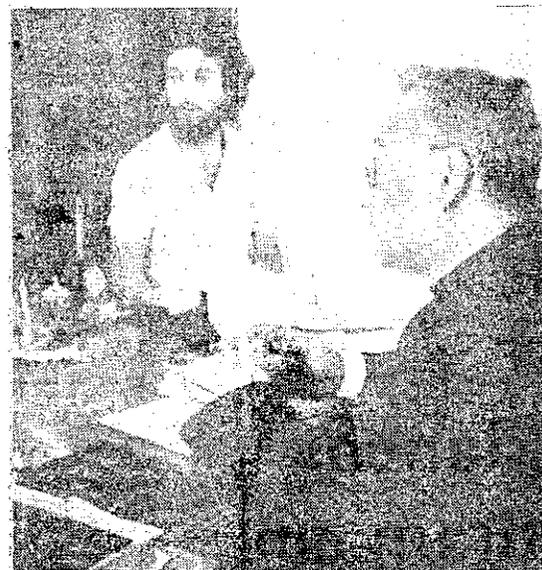
Os líderes indígenas que vieram a Salvador fazer tam-

bém um contato com o Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela, disseram que as notícias sobre as negociações continuam chegando a Pau Brasil, através da imprensa, mas eles estão completamente por fora das conversações. Além disso, continua o clima de ameaças na região, insuflado pelos advogados dos fazendeiros que se dizem donos dos 36 mil hectares pleiteados pelos índios na Justiça.

Ontem, o presidente da Associação Nacional de Apoio ao Índio, Anai, Ordep Serra divulgou uma nota oficial da entidade, pedindo o apoio do povo brasileiro para a luta dos Pataxós e denunciando as

tentativas de se criar um clima de insuportável tensão na área, com investigações a violência, ameaças a segurança dos índios, apelo provocativo ao tumulto como forma de impedir a ação da justiça e o reconhecimento dos direitos indígenas.

Esta campanha de intimidação, garante Ordep tem sido feita inclusive através de declarações na imprensa. Daí, a preocupação dos Pataxós em procurar o cardeal Dom Avelar, para pedir-lhe a intermediação no caso, já que várias providências vêm sendo tomadas por ele para apasiguar as coisas na região.



Índios querem intermediação do cardeal